

Currículos mínimos de Desenho Industrial e os reflexos do campo brasileiro de design de 1960 a 1989

Minimum Curriculum of Industrial Design and the reflections of the Brazilian design field from 1960 to 1989

FERREIRA, Eduardo Camillo K; Doutorando; Fauusp
eduardo.camillo.ferreira@usp.br

BRAGA, Marcos da Costa; Doutor; Fauusp
braga.mcb@usp.br

O artigo propõe algumas reflexões e relações entre a história dos Currículos Mínimos de Desenho Industrial e algumas características que constituíram a história do campo brasileiro de design. São elas: 1. a representatividade da categoria profissional na redação dos Currículos Mínimos; 2. a perda de hegemonia das associações profissionais e a consolidação de um campo acadêmico do desenho industrial; 3. atividade projetual de Desenho Industrial como uma atividade reservada a cursos superiores; e 4. a longa vigência dos Currículos Mínimos e de seus conceitos para formação do desenhista industrial. Finaliza-se ressaltando o anacronismo ideológico destes conceitos diante das mudanças no campo do design, e os efeitos persistentes dessas ideias.

Palavras-chave: Currículo Mínimo, História do Ensino de Design, História do Design.

The article proposes some reflections and relations between the history of the Minimum Curriculum of Industrial Design and some characteristics that constituted the history of the Brazilian field of design. They are: 1. the representation of the professional category in the writing of the Minimum Curriculum; 2. the loss of hegemony of professional associations and the consolidation of an academic field of industrial design; 3. Industrial Design project activity as an activity reserved for higher education courses; and 4. the long term validity of the Minimum Curriculum and its concepts for the formation of the industrial designer. It ends by emphasizing the ideological anachronism of these concepts in the face of changes in the field of design, and the persistent effects of these ideas.

Keywords: Minimum Curriculum of Industrial Design, Design Education History, Design History

1 Introdução

A história do ensino de Desenho Industrial/Design no Brasil possui alguns marcos de inflexão, que separam em antes-e-depois de como deveria ser o ensino da profissão, e também como as escolas deveriam se adaptar às novas diretrizes estabelecidas. O primeiro desses marcos foi o Currículo Mínimo de Desenho Industrial – **CM**, publicado em 1969. A despeito das discussões

que aconteceram no campo ao longo da primeira metade dos anos 1960, nos eventos da categoria, e à revelia de qualquer consulta à categoria dos desenhistas industriais (FERREIRA & BRAGA, 2016), o Ministério da Educação – MEC publica o primeiro CM, baseando-se principalmente no ensino da Escola Superior de Desenho Industrial – ESDI, um certo tipo de funcionalismo derivado da sua inspiração na escola de Ulm à revelia de marcas mais regionais (SOUZA LEITE, 2007), tornando-o assim paradigma nacional para o ensino da profissão (FERREIRA, 2017).

Em 1976 inicia-se um processo de atualização do CM, encabeçado por comissões convocadas pelo MEC, formadas por membros do campo do design eleitos por pares. Tal proposta foi escrita ao longo de 1978 e aprovada em ampla assembleia no 1º ENDI – 1º Encontro Nacional de Desenho Industrial, ocorrido em 1979 no Rio de Janeiro, organizado pela Associação Profissional dos Desenhistas Industriais do Rio de Janeiro – Apdins-RJ, e pela Associação Brasileira de Desenho Industrial - ABDI (FERREIRA & BRAGA, 2019).

Ainda que submetida em 1979 ao MEC, a proposta só foi publicada em 1987, mais de uma década depois de iniciadas as discussões de revisão do CM de 1969. Durante esse período muitos aspectos do campo profissional do Desenho Industrial mudaram: ideias antes sedimentadas passaram a ser questionadas; novas áreas de atuação emergiram e ampliou-se o espectro de especializações; instituições nasceram e desapareceram; e novos agentes legitimaram-se enquanto outros perderam influência (FERREIRA, 2018, p. 141-179). Todas essas mudanças trouxeram novos contornos ao campo, influenciando a maneira como aquele currículo aprovado passou a ser visto.

As etapas específicas de parte do processo já foram abordadas em outros artigos publicados. No presente texto busca-se trazer uma visão mais panorâmica da história desses dois CMs, e realizar algumas interpretações relacionando-os com temas mais amplos do campo do Design no período entre os anos 1960 e 1980, que auxiliam de um lado a entender o que os condicionou e de outro alguns aspectos da história do design no Brasil. Especificamente, buscamos discutir aqui:

- a representatividade da categoria profissional na escrita dos CMs
- a perda de hegemonia das associações profissionais e a consolidação de um campo acadêmico do desenho
- atividade projetual de Desenho Industrial como uma atividade reservada à cursos superiores, e não para curso técnico, e assim manter o status equivalente à arquitetura
- a longa vigência dos CMs e dos seus conceitos de formação do desenhista industrial, e seu anacronismo diante das mudanças no campo do design

O presente artigo é derivado de pesquisa de mestrado, revisitando e detalhando algumas de suas conclusões ao relacionar os CMs com contextos mais amplos do campo.

A pesquisa tem como base a abordagem da Micro-História, com exploração intensiva de fontes primárias – tais como documentos de eventos e de processos administrativos, correspondências, atas de reuniões, rascunhos dos currículos etc. – e delimitação temporal. A História Oral guia o método utilizado em nove entrevistas temáticas feitas com participantes dos acontecimentos. Foram realizadas seis entrevistas com cessão formalizada de depoimento. O enfoque na delimitação do objeto de estudo e escolha dos métodos de análise e contextualização dos dados (BARROS, 2004) se deu pela História das Idéias, buscando

identificar as ideias dos agentes que participaram da escrita dos currículos, suas possíveis origens e o que elas revelam sobre o campo do design daquele momento.

2 Currículos, representações e *habitus*

Nos cabe aqui esclarecer o porquê do estudo histórico dos CMs ser colocado em diálogo com outros temas da história do design. José Alberto Pedra (2002) nos ensina que currículos não se restringem à simples reprodução de conhecimentos e destrezas. Pelo contrário: “[...] ele reproduz, ou melhor, dá abrigo a um conjunto de representações que dizem respeito não apenas ao mundo da produção, mas também às variadas relações que os homens mantêm entre si e com seu meio” (PEDRA, 2002, p.16).

Acompanhando a ideia, Moreira e Silva colocam que:

“O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada de conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares. O currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação” (MOREIRA e SILVA, 1994)

Se pensarmos, ainda, que não tratam-se de simples currículos, mas sim de **Currículos Mínimos**, ou seja, uma lista explícita de matérias (ou seja, uma lista de conteúdos gerais a serem abordados, e não disciplinas e ementas detalhadas) que necessariamente deveriam ser seguidas por qualquer instituição que almejasse oferecer legalmente um curso superior, então sua influência escalona para dimensões muito mais amplas, pois possui um alcance e repercussão muito maior, e torna-se, assim, um dispositivo poderoso para a disseminação de ideias e certo *habitus*¹, garantindo posições sociais de maior influência para seus autores sobre as ideias dos demais pares do campo.

3 O Currículo Mínimo de 1969

O primeiro Currículo Mínimo de Desenho Industrial foi publicado em 1969, a partir do parecer nº 408/69, escrito pelo relator Celso Kelly para o Conselho Federal de Educação – CFE. Nele fixou-se quais seriam as matérias gerais necessárias a um curso superior de Desenho Industrial, bem como também as duas habilitações possíveis e suas matérias específicas: Desenho Industrial e Comunicação Visual.

Os anos 1960 marcam os primeiros passos para a institucionalização do campo profissional do Desenho Industrial, com a abertura dos primeiros cursos superiores na ESDI (1963), Fundação Universidade Mineira de Arte – Fuma (1964) e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – Fauusp² (1962), e também com a primeira associação da profissão, a ABDI (1963).

¹ *Habitus* na noção de Bourdieu seria “[...] sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2005, p. 191).

² O curso da Fauusp, ainda que tomado como uma das referências fundadoras do ensino de Desenho Industrial no Brasil, era a rigor uma sequência de disciplinas inseridas no curso de Arquitetura da instituição (BRAGA, 2016)

Desde esse momento, a categoria reuniu-se em fóruns para tratar de questões relativas ao ensino da profissão. Em novembro de 1964, por exemplo, aconteceu a primeira parte do **I Seminário de Ensino de Desenho Industrial**³ nas dependências da Fauusp, primeiro evento dedicado à discussão do tema e organizado pela ABDI. Contou com a participação de professores e designers do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em junho de 1965 aconteceu a segunda parte desse seminário, desta vez na Esdi, no Rio de Janeiro. Nela, discutiram-se diferentes propostas pedagógicas, com uma atenção especial à ideia de Escola-padrão, sugerida pelo professor da Fauusp, Lúcio Grinover, que seria uma maneira de dar direcionamento às escolas de modo a manter alguma unidade e um padrão mínimo de qualidade. De fato, as linhas pedagógicas das escolas que existiam então eram relativamente diferentes, e criar alguma unidade era entendida como benéfico à emergente academia de design. A proposta, entretanto, não avança e o seminário termina sem consenso nem encaminhamento prático para implementação de suas ideias.

Esses eventos mostram que a categoria estava ativa e discutia o ensino de design. Entretanto, a escrita e a publicação do primeiro CM⁴ não levou esse debate em consideração.

O ponto de partida deu-se em 1967, quando a Esdi inicia seu processo de reconhecimento e aprovação frente ao Conselho Estadual de Educação do Estado da Guanabara, que por sua vez solicita ao CFE o “[...] o reconhecimento dos cursos superiores de desenho industrial e comunicação visual, ministrados pela Escola Superior de Desenho Industrial” (Parecer nº 850/70), para o qual seria necessário que o CFE fixasse seu CM.

A resposta do CFE foi de que, em não se tratando de profissão regulamentada, não haveria necessidade de publicação de um CM. De fato, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4024/61 colocava que

Art. 70. O currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação (LDB 4024/61)

No entanto, o processo retorna à mesa de discussões em janeiro de 1969, após a Reforma Universitária (LDB 5540/68), quando a escrita da lei passou a ser

Art. 26. O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional (LDB 5540/68)

Com maior abertura para quais cursos poderiam ter fixado seu CM (ou seja, não apenas os regulamentados, mas também aqueles “necessários ao desenvolvimento nacional”), o processo é retomado e em junho de 1969 publicada a **Resolução nº5** contendo o Currículo Mínimo de Desenho Industrial e Comunicação Visual (**Quadro 1**).

A partir da sequência de eventos narrada, entendemos que a publicação do currículo se deu por motivos principalmente burocráticos relativos à aprovação da Esdi como instituição superior. E por esse motivo, o currículo esdiano termina servindo de modelo para a escrita do CM. De fato, uma variação do primeiro currículo esdiano de 1963 encontra-se anexado ao

³ Detalhes sobre o evento podem ser encontrados em FERREIRA & BRAGA, 2016

⁴ Análises mais aprofundadas sobre o processo e texto do Currículo Mínimo de 1969 podem ser encontrados no capítulo FERREIRA, 2017

processo nº 03/02.288/67, que tratava de todo o trâmite desde a solicitação até publicação do currículo.

Quadro 1 – Matérias aprovadas no CM de Desenho Industrial de 1969.

Matérias Básicas	Matérias Profissionais para o Curso de Desenho Industrial	Matérias Profissionais para o Curso de Comunicação Visual
Estética e História das Artes e Técnicas	Materiais Expressivos e Técnicas de Utilização	Expressão em Superfície, Volume e Movimento
Ciências da Comunicação	Estudos Sociais e Econômicos	Estudos Sociais e Econômicos
Plástica	Expressão	Teoria da Técnica e dos Materiais
Desenho	Teoria da Fabricação	Análise Gráfica
	Planejamento: projeto e seu desenvolvimento	Planejamento: projeto e seu desenvolvimento

Fonte: FERREIRA & BRAGA, 2019.

No entanto, essa não foi a única influência que encontramos na escrita do currículo. Em maio de 1969, pouco mais de um mês antes da publicação do CM de Desenho Industrial, era publicado o CM de Arquitetura (FERREIRA, 2018), redigido pelo mesmo relator, Celso Kelly.

Comparando ambos os currículos, ao menos duas matérias aparecem de maneira muito parecida em ambos, a “Desenho e outros meios de expressão”, para a qual até mesmo a descrição de seu conteúdo era feito da mesma maneira; e também a disciplina “Plástica”, igualmente com semelhante descrição. Ambas matérias, inclusive, não encontram disciplinas análogas na lista de disciplinas da ESDI encontradas no processo, e foram, portanto, adicionadas por iniciativa do relator.

Após a publicação em 1969, a repercussão nas escolas de Desenho Industrial foi rápida. Em 1970 o curso da Fuma passa por uma revisão curricular. O curso da Faap – Fundação Armando Álvares Penteado, em 1969, também se baseou neste novo CM. A Fauusp, apesar de só ter um curso de arquitetura, chegou a discutir em 1972 a possibilidade de adequar-se também ao CM de Desenho Industrial, ideia descartada pela quantidade necessária de alterações na grade curricular corrente (CARVALHO, 2015, p. 112).

4 O Currículo Mínimo de 1987: da escrita à publicação⁵

Enquanto a participação de desenhistas industriais na escrita do CM de 1969 foi quase nula e apenas indiretamente, o cenário já é diferente para a revisão que viria a se iniciar em março de 1978, quando o Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura – MEC DAU submete às escolas um telegrama pedindo que remetam seus currículos plenos, haja visto que o MEC estaria “[...] procedendo estudos visando possível reformulação Currículo Mínimo [...]” (VIEIRA, 1978).

⁵ Para mais detalhes sobre a escrita do Currículo Mínimo, consultar FERREIRA & BRAGA, 2019

Pouco tempo depois, o MEC DAU formou uma comissão de especialistas⁶ para escrever uma proposta de currículo, a qual foi enviada às escolas para que fosse avaliada e criticada. Alguns meses depois, após a devolutiva de algumas escolas, é enviada convocatória do MEC DAU para a participação no **Seminário “Desenho Industrial e Ensino”** (ABENGE, 1978)

O seminário aconteceu nos dias 25 e 26 de setembro de 1978, na Fauusp, e foi promovido pela Associação Brasileira de Educação em Engenharia – Abenge. O fato de o seminário ser organizado pela associação de engenharia, e ter acontecido numa escola de Arquitetura gerou certo descontentamento com os desenhistas industriais (VAN CAMP, 1978; MENEZES, 2016).

Independentemente da polêmica, houve boa representatividade da categoria, com especial destaque à Apdins-RJ. A associação havia sido fundada poucos meses antes, a partir da ABDI-RJ, que era um projeto de regionalização da ABDI iniciado na gestão de 1976, mas que não se concretizou (BRAGA, 2016, p. 148-150). Desde seu início, tanto como ABDI-RJ quanto depois como Apdins-RJ, os cariocas organizados debateram ensino, regulamentação e mercado. Para o Seminário “Desenho Industrial e Ensino”, a Associação preparou um documento que foi escrito e aprovado em fórum organizado pela própria Apdins-RJ como preparação ao Seminário, e que contou com a presença de escolas e profissionais.

O Seminário contou ao final com 47 pessoas, e um dos encaminhamentos foi uma comissão que atuaria na escrita de nova proposta de Currículo Mínimo, a ser aprovada em plenária num próximo evento (COMISSÃO DO..., 1978). Os nomes da comissão foram:

⁶ O único membro conhecido dessa comissão foi Freddy Van Camp, designer formado pela Esdi (VAN CAMP, 1978)

- Ary Antonio da Rocha (UFRN, RN)
- Sérgio D'Oliveira Casa Nova (Mauá, SP)
- Valéria London (Apdins-RJ, RJ)
- José Abramovitz (MIC/STI, RJ)
- João Bezerra de Menezes (Esdi, RJ)
- Freddy Van Camp (Esdi, RJ)
- Gustavo Amarante Bomfim (UFPB, PB)
- Luiz Blank (INT, RJ)
- José Carlos Bornancini (UFRGS, RS)
- Olício Carlos Pelosi (Unesp, SP)

O grupo contém maioria de esdianos (London, Abramovitz, Bezerra de Menezes, Van Camp, Blank e Bomfim) e a única representação de uma associação profissional é London pela Apdins-RJ – a ABDI não inseriu um representante nessa Comissão.

Os encontros do grupo aconteceram em Brasília. Cada participante deveria colher contribuições de suas agremiações e levá-las para debate. Encontramos pareceres das seguintes escolas: Fuma, Faculdade de Desenho Industrial de Mauá, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Mackenzie, e Esdi, além de parecer da ABDI.

No geral, todas essas escolas trouxeram críticas ao currículo apresentado, algumas mais profundas – como a de Mauá, que entendia que Programação Visual não seria uma área do Desenho Industrial mas sim da Comunicação Social, e deveria ser desconsiderada do currículo (BOGSAM NETO *et al*, 1979) –, outras mais estratégicas (a ABDI e Mackenzie consideravam que ter habilitações distintas para a profissão não refletia as condições de mercado, sendo mais adequado um único profissional “desenhista industrial” capaz de dar conta de ambas as áreas gráfica e produto (SCHOENACKER *et al.*, 1979).

A versão final dos trabalhos da comissão foi apresentada em fórum da categoria, no **1º Encontro Nacional de Desenho Industrial**, organizado pela Apdins-RJ, ABDI e Apdins-PE, ocorrido no Rio de Janeiro em 04 a 06 de outubro de 1979.

A proposta de CM da Comissão foi levada à plenária e aprovada para que fosse enviada ao MEC. A versão final foi conforme o **Quadro 2**. No documento final redigido, relata-se que

Esta decisão endossou a deliberação anterior de 16 instituições de ensino apresentadas no seminário ‘Desenho Industrial e Ensino’ [...]. Dessa forma, eliminou-se uma das propostas, concentrando-se o debate sobre aquela da Comissão Especial. Ressaltamos que devido à complexidade do tema, da inexistência de outras propostas para análise, da grande divergência sobre o assunto tratado e ainda da discordância de alguns professores sobre o encaminhamento dos trabalhos da Comissão Especial, o desenvolvimento das atividades do Grupo [de Ensino] foi extremamente moroso.

Como conclusão de exaustivos debates, aprovou-se a decisão de analisar a proposta da Comissão Especial [...]. Houve, contudo, unanimidade em reconhecer que a proposta analisada é extremamente mais adequada que o currículo em vigor. (1º ENDI, 1979)

Observa-se que houve falta de consenso sobre a proposta de um novo CM, o que demonstra que em 1979 as visões sobre um currículo de desenho industrial tinham se diversificado em um cenário com maior número de escolas em um número maior de cidades que nos anos 1960. Ao final, a visão de currículo que termina preponderante na proposta aprovada coincide com aquela que o grupo carioca da Apdins-RJ levou ao Seminário “Desenho Industrial e

Ensino” e advogou ao longo da escrita da proposta⁷. De fato, a maior parte do grupo eram desenhistas industriais do Rio de Janeiro, onde também aconteceu o próprio 1º ENDI.

Quadro 2 – Matérias⁸ aprovadas no CM de 1979 no 1º ENDI.

Habilitações	Matérias
Matérias de Formação Básica	Matemática; Física Experimental; Meios de Representação Bidimensional; Meios de Representação Tridimensional; História da Arte e da Tecnologia; Economia; Antropologia, Sociologia e Psicologia; Legislação e Normas
Matérias de formação para habilitação em Projeto de Produto	Metodologia Visual; Teoria da Comunicação; Metodologia do Projeto; Ergonomia; Materiais Industriais; Fabricação; Sistemas Mecânicos; Desenvolvimento do Projeto do Produto
Matérias de formação para habilitação em Programação Visual	Metodologia Visual; Teoria da Comunicação; Metodologia do Projeto; Ergonomia; Materiais, Fabricação e Processos; Produção e Análise Gráfica; Produção e Análise da Imagem Sequenciada; Desenvolvimento do Projeto de Programação Visual

Fonte: FERREIRA & BRAGA, 2019, adaptado de Minuta de Proposta do Currículo Mínimo de Desenho Industrial e Programação Visual – LONDON *et al*, 1979.

5 Tramitação e aprovação na Resolução 02/87

Havia certa expectativa de que no ano seguinte, 1980, o novo CM já estivesse aprovado, publicado e implantado nas escolas (LONDON *et al* 1979).

No entanto, a aprovação só viria em 1987, quase uma década depois de sua redação. Os motivos para essa demora são desconhecidos, mas a pesquisa conseguiu levantar alguns eventos que contribuíram para que a tramitação fosse retomada e que mostram que o interesse em discutir a formação continuou vivo nesse período de ‘espera’.

Em 1982, Eduardo Barroso⁹ retorna de seu mestrado na Suíça, e ingressa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para trabalhar com Gui Bonsiepe no “Programa de Desenho Industrial”. Barroso conta em entrevista (2018) que, por conta da atuação junto ao III Plano Básico de desenvolvimento Científico e Tecnológico – III PBDCT, reconheceu-se que havia evidente demanda por designers. Para entender os motivos de tal demanda não ser suprida, Barroso organizou para o CNPq o **Cadastramento Nacional de**

⁷ Inclusive, nos pareceres das escolas, a Esdi foi a escola que mais concordou com o currículo proposto, com reservas muito pontuais, assim como a PUC-RJ. Um ponto sugerido por ambas era a necessidade aparente de mais conteúdos projetuais, além das matérias teóricas. Mas nenhum comentário diametralmente oposto, conforme os feitos pela Mauá e Mackenzie a respeito das habilitações.

⁸ Ainda que muito mais específicas e detalhadas em suas ementas, a lista de conteúdos deste novo CM ainda é apresentada na Minuta como “matérias”, ou seja, conteúdos gerais mínimos, e não como disciplinas conforme parece ser na verdade alguns destes conteúdos como 'Desenvolvimento do Projeto do Produto'. Conforme coloca a minuta: “Art. 8º - [...] as matérias fixadas [...] poderão ser desdobradas em disciplinas, pelas instituições de ensino, que acrescentarão outras, obrigatórias e optativas, visando ao atendimento das necessidades locais e regionais” (LONDON *et al*, 1979, p. 26)

⁹ Eduardo Barroso é designer formado pela FUMA, com mestrado na *École Cantonal de Beaux-Arts et d'Art Appliqué de Lausanne*, Suíça.

Desenhistas Industriais. Esse foi um trabalho de levantamento de dados quantitativo sobre os formados em desenho Industrial em todas as escolas superiores em funcionamento até 1983.

Foram enviados mais de 5000 formulários e recebidas aproximadamente 1220 respostas. Algumas das interpretações aferidas à época a partir dos dados colhidos foram (BARROSO, 1984) que o número de respondentes que alegavam especialidade em Comunicação Visual era consideravelmente maior do que aqueles que afirmavam atuar com projeto do produto. Outra interpretação foi que o mercado que mais absorvia recém-formados era a atividade docente. Aproximadamente 25% dos respondentes atuavam como professor, o que foi considerado um “[...] fenômeno quase autofágico” (BARROSO, 1984).

Com os resultados alcançados, iniciou-se nova fase de levantamento de dados, dessa vez qualitativos. O CNPq encomendou à pesquisadora Geraldina Porto Witter¹⁰ uma extensiva pesquisa em todas as escolas do país. A pesquisa resultou no livro *Desenho Industrial: uma perspectiva educacional* (WITTER, 1985). Colaboraram com a pesquisa também Silvana Guimarães, Helena Bagnoli e Carla Witter¹¹.

Em 1985, realizou-se o **1º Encontro de Diretores de Escolas Superiores de Desenho Industrial do Brasil**. O evento contou com a participação de treze escolas. Nas deliberações finais, propôs-se a realização bianual de evento da mesma natureza para discutir atualizações no Currículo Mínimo – que àquela altura ainda não estava aprovado –, e a realização de encontros regionais para questões acadêmicas específicas às localidades das escolas e seus contextos. Propôs-se também a criação da Associação Brasileira das Entidades de Ensino de Desenho Industrial – ABEDI¹², que seria a primeira associação destinada a tratar especificamente do ensino do design. Até então, desde 1960, eram as associações profissionais que lideravam os debates sobre esse campo. A ABEDI, entretanto, não chegou a ser concretizada.

Por fim, uma última tratativa tirada no Encontro foi a redação e encaminhamento de uma correspondência ao MEC reafirmando a urgência e necessidade de andamento ao processo do Currículo Mínimo.

Talvez por influência da carta, em 1986 o MEC criou um novo grupo de trabalho com a finalidade de avaliar novamente aspectos do ensino de desenho industrial. Para tal, designou-se Gui Bonsiepe, Eduardo Barroso, Antonio Carlos Ramirez Righi, João Roberto Costa do Nascimento, Joaquim Redig e Olício Pelosi. O relatório final do grupo traz uma série de considerações sobre ensino, e reafirma novamente a necessidade de publicação do Currículo Mínimo conforme fora escrito em 1979, para que passasse a vigorar o quanto antes. O grupo, inclusive, conseguiu uma reunião com Jucundino Furtado, conselheiro responsável pela aprovação do currículo de desenho industrial (BARROSO, 1986). A pressão parece surtir efeito, e em janeiro de 1987 é publicada a resolução 02/87, fixando assim o novo currículo de Desenho Industrial, submetido ao MEC em 1979.

¹⁰ Geraldina Porto Witter possui graduação em Pedagogia pela USP, e doutora em psicologia pela mesma instituição.

¹¹ Geraldina Witter e suas colaboradoras eram vinculadas à Escola de Educação da USP, e foram recomendadas para conduzir a pesquisa justamente por não serem vinculadas ao Desenho Industrial. Seriam uma visão externa (BARROSO, 2018).

¹² O seminário de 1978 na Fauusp tinha resultado também em criar um organismo semelhante: a Associação Brasileira de Ensino de Desenho Industrial.

Cabe colocar aqui que, ao longo desses quase dez anos de hiato, as percepções da categoria a respeito do modelo de ensino expresso naquele currículo mudaram bastante. As primeiras críticas já aconteceram em 1982 quando Anamaria de Moraes sugeriu uma série de novas matérias ao ciclo de formação básica (MORAES, 1982).

Em 1983, Bomfim critica a pretensa universalidade do profissional “desenhista industrial” e a ideia de que este teria capacidade para projetar

[...] mobiliário, embalagens, eletrodomésticos, componentes para construção, equipamentos hospitalares, máquinas e implementos; enfim sobre toda produção material da sociedade [...]. Nada mais mentiroso! Mas o horror que a palavra ‘especialização’ causa a professores e alunos dos cursos de desenho industrial é tamanho que preferimos continuar fazendo de conta que acreditamos na fábula do Designer-Faz-Tudo (BONFIM, 1983)

Ao longo da década, de fato, o mercado de trabalho mudou bastante. Conforme coloca Braga:

A década de 1980 foi considerada uma ‘década perdida’ pelos economistas devido aos períodos de recessão, problemas em infraestrutura, baixo desempenho econômico etc. Porém, mesmo com as dificuldades e as restrições de mercado, foi uma década na qual os designers tiveram referências para se verem como uma categoria profissional, cresceram o número e os tipos de instituições no campo profissional, cresceu o número de escritórios, foi definida a nomenclatura da profissão, abriram-se frentes em novos campos de atuação, a academia se organizou, os estudantes iniciaram a organização de seu fórum e o mercado que havia disponível foi aos poucos sendo conquistado. Não se tratou, portanto, de uma ‘década perdida’ para o campo profissional do design, mesmo com o fim da ideia de entidades pré-sindicais (BRAGA, 2016, p. 323)

Houve também maior crescimento do setor de serviços, e uma maior segmentação de atividades e, conseqüentemente, de especializações. E isso o Currículo Mínimo de 1979 não contemplava: estava focado ainda na dupla-habilitação tradicional de Projeto de Produto e Comunicação Visual.

Mas isso não quer dizer que a aprovação não tenha sido comemorada. Conforme coloca Couto (2017), diversas escolas mudaram rapidamente seus currículos porque o que estava em vigor até 1987 era o currículo de 1969, com quase 20 anos de existência. Então, ainda que criticável, o novo currículo era melhor que continuar com a versão anterior.

Outro ponto de debate bastante presente no período foi quanto à capacitação projetual de professores de design. Em 1982, Joaquim Redig afirma que aulas de projeto demandam professores projetistas e com experiência projetual (REDIG, 1982). Esse ponto foi muito debatido no grupo de trabalho de 1986, ao qual Redig fez parte. Em relatório parcial do grupo, enviado às escolas para crítica, há certa insistência em tratar da formação projetual de docentes, incentivando inclusive a criação de laboratórios projetuais nas escolas, e que a evolução da carreira estivesse atrelada a ‘horas de projeto’ (BARROSO *et al* 1986). Tal proposta não foi bem recebida pelos pares do campo acadêmico, e o relatório final acabou apresentando uma postura muito mais tímida, apenas recomendando-se valorização da experiência profissional em níveis equivalentes às titulações de mestrado e doutorado.

Resumido o histórico do processo, abordaremos agora as questões gerais levantadas sobre algumas relações entre o campo do design e os Currículos Mínimos.

Uma primeira que gostaríamos de chamar à atenção é a **representatividade da categoria profissional** na escrita dos Currículos Mínimos.

Conforme colocado, o processo de escrita do Currículo Mínimo de 1969 aconteceu alheio aos debates do campo, sem levar em conta diálogos que aconteciam naquele momento e que tentavam dar certa unidade ao ensino do design.

Essa alienação da categoria profissional, entretanto, não foi algo exclusivo do currículo de Desenho Industrial. Segundo Santos Júnior (2001), o mesmo ocorreu com o Currículo Mínimo de Arquitetura, para o qual a categoria profissional vinha discutindo desde 1968 sua reformulação, mas que não resultou em qualquer influência no seu processo e publicação final. A ocorrência dessas alienações acaba refletindo algo muito mais conjuntural do que algo particular do campo de desenho industrial.

De fato, conforme coloca Couto (2008), o regime de exceção imposto pelo governo militar na época era bastante refratário a debates e contribuições democráticas, e o posicionamento das universidades contrário ao poder estabelecido agravava ainda mais a cisão a tal ponto que a Reforma Universitária é publicada antes – em 1968 – da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que veio em 1971 – e que deveria ser uma lei geral e ampla de todos os níveis educacionais, inclusive do superior.

Já a versão do Currículo Mínimo publicada em 1987 teve uma participação bem maior da categoria desde seus primeiros momentos. Isso transparece tanto nas comissões formadas em 1978, quanto nos eventos organizados justamente para tratar do tema, como foi o Seminário “Desenho Industrial e Ensino”. Era outro cenário, no qual cresciam as manifestações contrárias ao regime político e vivia-se a distensão da repressão.

Apesar desse Seminário ter ocorrido em uma escola de arquitetura e sido organizado por uma associação de engenharia, é bastante relevante que a comissão composta nele tenha contado exclusivamente com profissionais de desenho industrial, e mais ainda com uma representação da Apdins-RJ, uma associação de cunho profissional e pré-sindical. Além dessa representação, outros 4 membros também eram associados à entidade carioca. Ou seja, seu poder dentro desse grupo era bastante relevante.

Aprovada e submetida ao MEC em 1979, a proposta ficou praticamente parada por 8 anos, até 1987. Neste ínterim, diversos acontecimentos reforçam a ideia de que o campo do design vinha ganhando força e terreno na sua luta por reconhecimento e representatividade: o aumento do número de cursos, a ocupação segmentada do mercado de trabalho (embalagens, sinalização etc), o aumento da quantidade de escritórios, o surgimento de laboratórios de pesquisa, a participação de designers em políticas públicas voltadas ao design, como foram o Programa 06 e o Programa de Desenho Industrial do CNPq, além das iniciativas pontuais de levantamento de dados para aprofundar o conhecimento sobre o campo, como foi o Cadastramento Nacional liderado por Barroso, e a pesquisa de Geraldina Witter.

E aqui vem o segundo ponto que gostaríamos de abordar: **o crescimento e consolidação de fóruns próprios de docentes de desenho industrial** ao longo dos anos 1980, com a perda da hegemonia das associações profissionais em pautar as discussões do campo acadêmico. São esses fóruns que passam a constituir o espaço simbólico no qual ocorrem as disputas entre os principais agentes do campo acadêmico que determinam, validam, legitimam ideias e

representações para o ensino e que culminará na criação da Associação Brasileira de Ensino de Design - ABED, e na carta de Canasvieiras (1988)¹³, que proporá a adoção definitiva da nomenclatura design no lugar de desenho industrial.

Do início dos anos 1960 à meados dos anos 1970, a ABDI, formada por arquitetos, empresários, desenhistas industriais e praticamente quaisquer interessados no campo, era quem pautava as questões relacionadas ao ensino. Em fins dos anos 1970, a Apdins-RJ e a Apdins-PE, de caráter pré-sindical, focadas em profissionais de nível superior de desenho industrial, sem empresas como sócios, e na luta pela regulamentação da profissão e ocupação do mercado de trabalho, passaram a entender o ensino e a revisão do currículo mínimo como complementares para a definição de um estatuto profissional que incluía a proposta de regulamentação. E não haveria de ser diferente, era o momento no qual buscava-se certa unidade conceitual e na práxis que diferenciassse o desenhista industrial dos demais grupos de profissionais¹⁴.

No entanto, ao longo dos anos 1980, tal quadro de unidade diluiu-se. Há uma crescente segmentação entre os profissionais por variadas áreas de atuação no mercado e formas de relações de trabalho (de autônomos à donos de escritórios) que enfraqueceram a unidade de interesses nas associações pré-sindicais (BRAGA, 2016) e entre esses e os designers que passaram a se dedicarem mais à academia. O interesse desse grupo de organizar-se transparece no Encontro de Diretores, em 1985, onde determina-se a fundação da ABEDI – ainda que não tenha se efetivado. O movimento, entretanto, acaba culminando na fundação da ABED em 1988, depois renomeada em 1992 para AEnD-BR – Associação de Ensino de Design (GUILHERMO, 1993). Esse processo coincide com o declínio do poder da Apdins-RJ, e com maior abertura de escolas. Cabe recordar que, no Cadastramento Nacional realizado em 1983, 25% dos respondentes atuavam como professores.

Reflexo também dessa especialização e segmentação foi, em 1986, a questão sobre a necessidade ou não de demandar experiência projetual aos professores, e do peso que tal experiência deveria ter frente a titulações acadêmicas de mestres ou doutores. São disputas relativas a qual seria o perfil docente de projeto ideal para as disciplinas consideradas centrais na época, e é significativo que a proposta vitoriosa foi a mais permissiva – ou seja, não há necessidade de comprovação dessa experiência. Fosse o contrário, o efeito “autofágico” que falava Eduardo Barroso daria prioridade a profissionais necessariamente mais experientes, e não a recém-formados. É, portanto, uma disputa do campo, e a intenção de fundação da ABEDI, uma associação dedicada ao ensino, advinda justamente de um fórum de dirigentes, é uma demarcação de espaço dentro do campo, e de quem “pode” ou “não pode” fazer parte dele.

O campo acadêmico ganha força, e um sinal dessa força está no documento *Carta de Canasvieiras*, de 1988. A carta foi o resultado do workshop “O Ensino do Desenho Industrial nos anos 90”, organizado pelo LBDI. No workshop, de participação majoritária de professores e diretores de escolas de desenho industrial de todo o Brasil, a carta continha 30 pontos que deveriam servir de guia do campo nos anos seguintes.

¹³ Evento ocorrido no Laboratório Brasileiro de Desenho Industrial - LBDI

¹⁴ Indício disso é a maneira como o Currículo Mínimo dialogava e complementava a proposta de Regulamentação Profissional no 1º ENDI (FERREIRA & BRAGA, 2019)

Um dos pontos mais relevantes da carta foi quanto à nomenclatura do campo, sendo doravante abandonado o nome Desenho Industrial, e adotado oficialmente o nome *Design*, ao qual a carta:

[...] visa corrigir um erro histórico de tradução do termo ‘design’ para desenho, terminando-se assim uma longa série de equívocos e incompreensões, que a falta de um nome claro e preciso à profissão sempre ocasionou (CARTA DE..., 1989)

Ou seja, invertem-se os papéis: anteriormente eram associações profissionais determinando diretrizes para o ensino da profissão. Agora, um workshop organizado por um público majoritariamente acadêmico, toma uma posição que afeta a identidade do campo e que também diz respeito ao próprio mercado profissional como um todo.

A intenção de fundar a ABEDI em 1985 é o início de um processo de institucionalização e organização no campo acadêmico, que se concretizou depois na fundação da ABED em 1988, e se consolidou com reorganização da entidade como AEnD-BR em 1992. Esse processo proporcionou novos marcos importantes como a criação da Revista Estudos em Design em 1993 e do Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design – P&D Design em 1994.

Tal institucionalização torna os espaços concorrenciais mais precisos, com regras próprias de legitimação, e faz surgir novos pontos de disputa, como escolas e cursos de design com maior ou menor capital simbólico, congressos com maior ou menor prestígio, fóruns deliberativos da AEnD-BR como o ENESD (Encontro das Escolas de Design), programas de pós-graduação em Design, revistas etc.

Um terceiro ponto que gostaríamos de discorrer é como entendia-se e propagava-se a ideia de que a **atividade de Desenho Industrial era uma atividade para curso superior, e não para curso técnico**. Essa percepção, segundo entendemos, refere-se principalmente à necessidade na época de marcar espaços no mercado de trabalho em contraposição a engenheiros, arquitetos e outros profissionais que concorriam pelos mesmos espaços que os desenhistas industriais.

Essa ideia transparece de duas maneiras: uma maneira explícita, e outra maneira mais indireta. Em 1986, o pré-relatório da Comissão Especial criada pelo MEC para discutir o ensino do design colocaria:

Tal como não existe um “desenhista em engenharia mecânica”, porém sim um “desenhista mecânico”, o Grupo aconselha não oficializar o termo “técnico em desenho industrial” ou “desenhista industrial de nível técnico”. Da mesma forma como não existe “licenciado em arquitetura”, não deve existir “licenciado em desenho industrial” (BARROSO et al, 1986)

Esse ponto do pré-relatório foi endossado, por exemplo, pela UFPB, que advoga que o CFE, deveria ser responsável por fiscalizar e impedir o uso do termo “Desenho Industrial” em cursos técnicos e de licenciatura (MACEDO & ROSSI, 1986).

Outra manifestação explícita de que a atividade projetual não é matéria de curso técnico, aparece em 1989 na Carta de Canasvieiras:

4. Propõe-se encaminhar ao MEC recomendação no sentido de incentivar a criação e o aperfeiçoamento de cursos técnicos a nível de 2o grau, que habilitam o aluno para as técnicas de representação

e detalhamento do projeto, ou seja, à formação de técnicos de nível médio que trabalhem sob a coordenação e supervisão de designers. Deve-se deixar claro, contudo, que tais cursos não habilitam o aluno à prática do projeto (CARTA DE..., 1989)

A ideia de preservar a formação superior transparece ‘indiretamente’, segundo entendemos, ao longo de todo o processo de reformulação do Currículo Mínimo de 1979, quando se configura um discurso bastante intenso de “tecnificação” da profissão, e de comparação com áreas próximas de Engenharia e Arquitetura.

Nos anos 1970, e especialmente após a fundação da Apdins-RJ, intensifica-se as disputas de trabalho com arquitetos, e consequentemente, disputas relativas ao ensino da profissão. Em informe da Associação, em 1978, criticava-se a tentativa da Comissão de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – CEAU, de incluir matérias de Desenho Industrial e Comunicação Visual no Currículo Mínimo de arquitetura.

A questão não é ensinar DI e CV para arquitetos, mas sim capacitá-los legalmente para a prática, de forma precária, da atividade. Além de, evidentemente, causar problemas ainda maiores ao nosso já limitado mercado de trabalho (APDINS-RJ, 1978)

Em 1977, em debate na Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura – ABEA, Valéria London defendia que essa tentativa de inclusão de disciplinas no Currículo Mínimo de Arquitetura era um problema de disputa por mercado de trabalho, e que seria uma solução ruim ao invés de buscarem um ensino profissional denso e coeso.

No Seminário “Desenho Industrial e Ensino”, em 1978, falava-se do profissional como uma amálgama entre profissional técnico e profissional humanista:

O desenhista industrial (desenhista de produto e programador visual) necessita de uma formação profissional fundamentalmente tecnológica, dado que é através da tecnologia que o produto de seu trabalho será incorporado à realidade social. [...]. [E deve] buscar ainda suporte teórico e prático em matérias e disciplinas em outras áreas do conhecimento nas ciências humanas, sociais e políticas, e ainda nas artes em geral. (COMISSÃO DO..., 1978).

Ao longo do processo de discussão com as escolas, algumas delas reclamaram da quantidade de matérias não-projetuais, ou mesmo de ser um currículo extensamente técnico, mais do que precisaria. Esse seria o caso da Esdi e da Pontifícia Universidade Católica – PUC/RJ.

Em entrevista, João Bezerra de Menezes afirmou que o currículo de 1979 foi reativo à “[...] proliferação de cursos de design muito grande, principalmente nas escolas de arte, porque o pessoal estava com pouca verba para a arte, mas tinha verba federal para design – desenho industrial. [...] Aí vimos a necessidade de ter uma fundamentação técnica maior” (MENEZES, 2016).

Couto, em entrevista (COUTO, 2017), especula que isso pode também ser uma consequência do próprio período de industrialização que o país passava naquele momento, e como a indústria e o contexto demandavam profissionais mais tecnológicos e técnicos, “tecnificar-se” faria sentido no momento. Porém, o caminho era “tecnificar” o profissional de nível superior e não abrir espaços para um profissional de nível técnico de design.

Entendemos essa postura mais tecnicista e ampla da escrita do currículo como uma tentativa de estabelecer um estatuto profissional que igualasse em nível o desenhista industrial a outras

profissões já estabelecidas, como a Arquitetura e a própria Engenharia, e que apenas um curso superior poderia abarcar a quantidade de conteúdos demandada pela profissão. Nosso entendimento nesse sentido se faz pela evidente disputa de campo que acontecia naquele momento; pela insistente equiparação da área do Desenho Industrial com as áreas de Arquitetura e Engenharia; e pela resistência em aceitar a capacitação em nível técnico de profissionais de desenho industrial – prática hoje mais aceita, especialmente em relação ao design visual.

Por fim, abordemos **o tempo de vigência e influência dos Currículos Mínimos após a sua aprovação**. O CM de 1969, elaborado sem a participação de docentes de design, permaneceu em vigor até 1987, defasado e alheio à realidade das escolas, às mudanças conceituais do design e do campo profissional. Situação não muito diferente do CM escrito em 1979, que foi considerado defasado já em 1987 pela categoria docente. No entanto, este mesmo CM vigorou até 2004, quando se publicam as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, no formato proposto pela LDB 9.394 de 1996. Se a percepção de defasagem já existia em 1987, o quadro apenas acentuou-se. Segundo Couto (2008), em 1997 no I Fórum de Dirigentes de Cursos de Desenho Industrial, em Recife, constatou-se a existência de cerca de 40 escolas de design com habilitações e/ou ênfases não previstas na Resolução 02 de 1987. Ou seja: ficou anacrônico em função da contínua mudança no campo do design. E não só isso, mas também foi concebido na época em que desenho industrial era uma profissão, e permaneceu oficial até a época em que o design passou a ser reconhecido como uma área de conhecimento para além de sua estrita prática profissional.

As intenções e representações – enfim, o *habitus* – inseridas na escrita do currículo com especial influência das ideias que circulavam pela Apdins-RJ e grupos cariocas em 1978/79 estariam ainda vigorando e influenciando certos aspectos do campo e da formação de novos profissionais até quase 25 anos depois.

Por mais que as ideias dos docentes das gerações dos anos 1970 e 1980, possam ter mudado muito com o tempo, certos traços permaneceram e foram passados adiante na oralidade e em certa epistemologia do campo e *modus operandi* de atuação profissional, como uma visão generalista e unificada do campo, associação à produção industrial, ênfase para as disciplinas de projeto e modos de determinar as relações entre forma e função. Também algumas lutas da categoria foram herdadas nesse processo, como é o caso da Regulamentação da Profissão que, por mais que tenham nuances entre as diversas tentativas (BRAGA, 2005), ainda advogam por regulamentar um profissional universalista e não-especialista, como acontece desde o primeiro momento.

7 Considerações finais

O presente artigo se propôs a realizar algumas reflexões e relações entre a história dos Currículos Mínimos de Desenho Industrial e algumas características que constituíram a história do campo brasileiro de design.

Dentre as questões levantadas, discorreremos sobre aspectos de representatividade da categoria profissional na escrita dos currículos mínimos e o que isso refletia dos diferentes momentos do campo profissional. Procuramos mostrar que durante a trajetória do CM proposto em 1979, ocorre um processo de consolidação de fóruns próprios dos docentes, com a perda da hegemonia das associações profissionais em pautar as discussões do campo acadêmico. E que esses mesmos eventos buscaram preservar a formação superior como a

única válida para diplomar um desenhista industrial e assim rivalizar profissionalmente com engenheiros e arquitetos pelo campo de trabalho do design.

Consideramos que as vigências de ambos os currículos mínimos foram longas se levarmos em conta que durante esse período histórico, o campo do design passou por várias mudanças conceituais, de contextos do mercado e do país, de segmentação da categoria profissional, de constituição de uma autonomia de espaços próprios dos docentes e de organização desta categoria, que provocaram as suas defasagens e descontentamentos da categoria.

Por um lado, eles representam as ideias dos momentos históricos em foram elaborados. E por outro suas defasagens significam que o campo do design no Brasil se desenvolveu e se diversificou com certa frequência dos anos 1960 aos anos 1980, mostrando a consolidação da profissão em meio a uma constante mudança em sua identidade.

Considerando a história dos currículos mínimos de desenho industrial, não estaria na hora da academia de design programar para 2024 uma avaliação das suas diretrizes curriculares de 2004, quando completará 20 anos de implementação?

8 Referências

ABENGE. [Carta] São Paulo, 06 set. 1978, [para] PORTINHO, Carmen. Rio de Janeiro. 1f.

BARROSO, Eduardo. **Desenho Industrial e Mercado de Trabalho**. In Seminário Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 1984

BARROSO, Eduardo. **Entrevista** realizada por Eduardo Camillo K. Ferreira. 09 fev. 2017, por telefone. (60 min.).

_____. **Grupo de trabalho de Desenho Industrial – Relatório das Reuniões Técnicas realizadas nos dias 04 e 05 de Junho de 1986**. Brasília, 1986, 3 folhas.

BOGSAM NETO, Adalberto; CASANOVA, Sérgio D'Oliveira; OKUBO, Ricardo Masataka; MORILLA, Antonio Carlos. Mauá, 1978 [para] VIEIRA, Ruy Camargo, Brasília, 33. **Análise do Currículo Mínimo submetido em fevereiro de 1979 para apreciação pela escola**.

BOMFIM, Gustavo Amarante. Ensino. In **JORNAL DA APDINS-RJ**. Rio de Janeiro: APDINS-RJ, n. 7, 1983. Edição de Janeiro de 1983

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Perspectiva, 6ª edição, São Paulo, 2005

BRAGA, Marcos da Costa. **ABDI e APDINS-RJ**. 2. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2016.

_____. Regulamentação da Profissão de Desenho Industrial: os primeiros passos de uma 'bandeira'. In **Anais em meio digital do 3º Congresso Internacional de Pesquisa em Design**. Rio de Janeiro: ANPED, 2005. ISBN 85-89289-03-6

COMISSÃO DO SEMINÁRIO "DESENHO INDUSTRIAL E ENSINO". **Resumo das conclusões e recomendações do Seminário "Desenho Industrial e Ensino"**. 10f. São Paulo: 1978

COUTO, Rita Maria de Souza. **Escritos sobre Ensino de Design no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2008.

_____. **Entrevista** realizada por Eduardo Camillo K. Ferreira. Rio de Janeiro: 06 de junho de 2017 (58min)

FERREIRA, Eduardo Camillo K. O Currículo Mínimo de 1969: as discussões do I Seminário de Ensino de Desenho Industrial e alguns aspectos do ensino de desenho industrial na década de

1960. In: BRAGA, Marcos da Costa; FERREIRA, Eduardo Camillo K. (Org.) **Histórias do Design no Brasil III**. 1 ed. São Paulo: Annablume Editora, 2017, v. 3, p. 57-77.

FERREIRA, Eduardo Camillo K.. **Os Currículos Mínimos de Desenho Industrial de 1969 e 1987: Origens, Constituição, História e Diálogo no Campo do Design**. 1. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2018. 236p. DOI 10.5151/9788580393637

FERREIRA, Eduardo Camillo K.; BRAGA, Marcos da Costa. I Seminário de Ensino de Desenho Industrial de 1964/1965: o primeiro debate entre instituições. In: **Estudos em Design** (Online), v. 24, p. 1-15, 2016. DOI: 10.35522/eed.v24i3.368

FERREIRA, Eduardo Camillo K.; BRAGA, Marcos da Costa. A proposta de Currículo Mínimo de Desenho Industrial e Programação Visual de 1979: ideias do percurso de sua constituição. In: **Estudos em Design** (ONLINE), v. 26, p. 72-86, 2019.

GUILHERMO, Álvaro. Associação de Ensino de Design: da ABED à AEND-BR. **Revista Estudos em Design**. Ano 1, n.1. Rio de Janeiro: AEnD-BR, 1993. p. 6-9

PEDRA, José Alberto. **Currículo, Conhecimento e suas Representações**. Campinas: Editora Papirus, 6ª edição, 2002

SOUZA LEITE, João de. De costas para o Brasil: o ensino de um design internacionalista. In.: MELO, Chico Homem de (org.). **O design gráfico brasileiro – anos 60**. São Paulo: CosacNaify, 2006

LONDON, Valéria Munk; NASCIMENTO, João Roberto; AKAMATU, Sérgio; BOMFIM, Gustavo Amarante. **Minuta de Resolução que fixa os conteúdos mínimos para Curso de Desenho Industrial**. Rio de Janeiro, 1979

MACEDO, Ivan Assumpção de; ROSSI, Lia Monica. **Comentários a respeito do Documento Preliminar sobre o Ensino de DI apresentado pelo Grupo de Trabalho SESU/MEC**. 3 f., Recife, Julho de 1986

MENEZES, João Bezerra de. **Entrevista** realizada por Eduardo Camillo K. Ferreira. São Paulo: 14 abr. 2016 (53min)

MORAES, Anamaria de. 20 anos de ESDI – 11 anos de UFRJ – 10 anos de PUC – Encontro de Escolas de Desenho Industrial. In **JORNAL DA APDINS-RJ**. Rio de Janeiro: APDINS-RJ, n. 6, outubro de 1982

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. da.(Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994

REDIG, Joaquim. Ensino de Desenho Industrial – Princípios para uma escola de design. In **JORNAL DA APDINS-RJ**. Rio de Janeiro: APDINS-RJ, n. 6, outubro de 1982

SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro. **O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969-1994**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2001

SCHOENACKER, Angelo; PRIZENDT, Benjamin; NICOLAEWSKY, Carlos; AKAMATU, Sérgio Rene; JANK, Suzanna; HUNGRIA, Waldyr R. **Currículo de Desenho Industrial**. 1978, 39 f.

VAN CAMP, Freddy. **[Carta]** Rio de Janeiro, 21 set 1978, [para] VIEIRA, Ruy Carlos de Camargo. Brasília, 2f.

WITTER, Geraldina P. **Desenho Industrial: uma perspectiva educacional**. Brasília: Arquivo do

Estado de São Paulo/CNPq, 1985

VIEIRA, Ruy Carlos de Camargo. **[Telegrama]** 28 mar. 1978, Brasília [para] Diretor do curso de desenho industrial da Esdi. Rio de Janeiro. 1f.